



TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TAC/IMA Nº 62/2020

1. CELEBRANTE

Nome COMPROMISSÁRIO /Razão Social: Guilherme José Pereira de Lira (CORAIS BEACH CLUEB - CNPJ: 39.940.559/0001-37
CPF: 382.995.504/0001-91
Endereço: Avenida [REDACTED]
Município: Maceió/AL
Representante Legal/Procurador: DIONATAN SILVA LIRA
CPF: 81 [REDACTED]

2. AUTORIDADE CELEBRANTE

Nome: INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DE ALAGOAS
CNPJ: 12.958.179/0001-73
Endereço: Av. Major Cícero de Góes Monteiro, nº 2197, Mutange, Maceió-AL
Representante Legal: Gustavo Ressurreição Lopes
CPF: 051.912.644-01
Cargo: Diretor presidente

3. ORIGEM DA OBRIGAÇÃO PECUNIÁRIA

3.1.

Auto de infração: Série A Talão 000137 Folha 006813
Data da lavratura: 09/12/2020
Data do pedido de Suspensão: 11/12/2020
Termo de embargo: Série C Talão 014 Folha 0001155

4. FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

4.1. O presente Termo de Ajustamento de Conduta encontra previsão legal no Art. 36 da Lei Estadual nº 6.787, de 22 de dezembro de 2006, que autoriza a suspensão do embargo mediante o compromisso do autuado de prestar ou executar serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

4.2. Justifica a decisão de firmar o presente Termo de Ajustamento de Conduta a disposição do Art. 1º, VII, da Lei nº 6.340, de 3 de dezembro de 2002, que determina a utilização dos valores arrecadados com a aplicação de sanções pecuniárias em planos, projetos, programas e atividades voltadas à proteção do meio ambiente.



5. OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

O Compromissário compromete-se, pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, a prestar ou executar os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente abaixo, nos prazos assinalados:

5.1. O COMPROMISSÁRIO reconhece haver descumprido a legislação em razão de dar início ou prosseguir em atividade utilizadora de recursos ambientais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes.

5.2. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de regularizar-se, perante o SEDET, onde deverá apresentar a licença ambiental ao IMA, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura do presente termo, devendo concluir o processo no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

5.3. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO se compromete a realizar a quitação do valor do reenquadramento de porte através do boleto no valor de **R\$ 1.348,50** (Um mil, trezentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

5.4. Por este instrumento, o COMPROMISSÁRIO se compromete a **doar 1000 (mil) mudas de espécies nativas**; o qual deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta, na sede deste IMA/AL das 08h às 14h, acompanhada da nota fiscal em nome do COMPROMISSÁRIO.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

A aceitação e assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta implicam nas seguintes obrigações das partes:

6.1. DO COMPROMISSÁRIO:

a) Recolhimento do percentual remanescente da multa, não atingido pela suspensão da exigibilidade de que trata este Termo de Ajustamento de Conduta, no prazo indicado no respectivo documento de arrecadação fornecido pelo IMA/AL, juntando o comprovante aos autos;



- b) Renúncia expressa de qualquer medida judicial ou administrativa com o objetivo de infirmar o Auto de Infração lavrado pelo IMA/AL, objeto deste Termo ou de reduzir o seu valor, a partir de sua assinatura, independente de eventual rescisão por descumprimento;
- c) Cumprimento fiel e nos prazos assinalados as obrigações descritas no Item 5 deste Termo.

6.2. DA AUTORIDADE CELEBRANTE:

- a) Suspender a exigibilidade do valor objeto do presente Termo de Ajustamento de Conduta enquanto estiverem sendo prestados ou executados os serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente constantes do item 5 deste instrumento;
- b) Promover a quitação da multa pecuniária cuja exigibilidade foi suspensa após o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Compromissário;
- c) Autoriza a continuidade das atividades durante o período de validade do presente termo, desde que estejam sendo cumpridas as previsões legais e sendo cumpridos os prazos presentes nas cláusulas acordadas neste termo de ajustamento de conduta.

7. TERMOS GERAIS

7.1. Este Termo de Ajustamento de Conduta tem força de título executivo extrajudicial conforme preceitua o Art. 5º, §6º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e seu descumprimento implicará na aplicação de multa, equivalente ao valor remanescente não cumprido pelo Compromissário e sua inscrição na Dívida Ativa do Estado;

7.2. O descumprimento das obrigações do Compromissário, devidamente atestado por funcionário do IMA/AL, ensejará a rescisão unilateral do Termo de Ajustamento de Conduta pela Autoridade Celebrante e a restauração do débito remanescente nos sistemas do órgão, para consolidação e cobrança pelas vias normais;



7.3. O presente Termo de Ajustamento de Conduta refere-se única e exclusivamente à suspensão da exigibilidade da multa pecuniária decorrente do Auto de Infração identificado no item 3, não servindo como licença ambiental da atividade objeto da autuação nem produzindo efeitos na esfera penal.

7.4. Este documento é assinado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, por espontânea vontade das partes, que declaram estar cientes de todas suas condições.

Maceió, 11 de dezembro de 2020.

Guilherme José Pereira de Lira (CORAI BEACH CLUB)

DIRETOR PRESIDENTE DO IMA-AL

TESTEMUNHA: _____

CPF: _____

TESTEMUNHA: _____

CPF: _____